

# Retaliações, perigo afastado



Senador defende crescimento

**MOISÉS RABINOVICI**  
**Nosso correspondente**

WASHINGTON — Mais uma vez, ontem, os Estados Unidos indicaram, claramente, que não haverá retaliações a produtos brasileiros, hoje, quando se encerra o prazo da investigação sobre a política brasileira de informática, iniciada há dois anos.

A nova informação foi dada pelo subsecretário de Estado norte-americano, John Whitehead, a quatro senadores da comissão especial da dívida que estão visitando Washington, assessorados pelo embaixador Marcílio Marques Moreira.

O anúncio formal da Casa Branca está sendo aguardado desde a última sexta-feira, quando se reuniu a comissão de política econômica. Sua decisão transpirou para a imprensa, mas o presidente Reagan tem que referendá-la, podendo até alterá-la. Seria, como o

senador Fernando Henrique Cardoso contou, a suspensão do processo, mas não seu arquivamento, pendente ainda da aprovação do projeto de lei sobre programas de computador.

Os quatro senadores da comissão da dívida estão passando um recado curto e claro ao governo norte-americano, ao FMI, ao Banco Mundial e aos banqueiros credores do Brasil: "não abriremos mão do crescimento". Foi o senador Fernando Henrique quem explicou:

"Estamos reafirmando e vamos reafirmar que a posição do Brasil em relação à dívida, comum a todos nós, oposição, Frente Liberal PMDB, é a de que temos o firme propósito de manter o crescimento da economia brasileira. Mas não se trata de crescimento com inflação descontrolada. Estamos de acordo que é necessário um plano que contenha a inflação. Enquanto nossos

parâmetros chocarem-se com os do FMI não poderá haver uma negociação direta. O fundo tem dado sinais de que poderia ser mais flexível, especialmente seu novo diretor-geral, Michel Camdessus, aceitando a tese do crescimento. Mas isto, por enquanto, não se traduziu em nenhuma medida prática."

O senador Fernando Henrique Cardoso contou que o "Mister Dollar", Paul Volcker — que está deixando a presidência do Federal Reserve Board, o banco central americano, até agosto — "tem muito medo de pacotes não ortodoxos, porque não vê, quando os estuda no papel, como se viabilizariam. E ele acha que o crescimento não pode ser feito a qualquer custo".

Volcker também teria dito que prefere o Banco Mundial "num papel mais relevante" do que o FMI, porque sua ênfase é o financiamento do desenvolvimento e não a ba-

lança de pagamentos e o acerto monetário.

"Achamos que se o Brasil seguir uma linha de manter um plano de desenvolvimento do tipo do que foi apresentado lá, com persistência, então dará para encarar as coisas."

Os senadores começaram sua missão em Washington animados por duas notícias positivas. A primeira foi sobre a informática. A outra estava no editorial do influente jornal The New York Times, pedindo uma nova chance para o Brasil (veja a íntegra nesta página).

"Acho que é um editorial que abre portas para o Brasil" — comentou Cardoso. Hoje, senadores irão ao FMI, à Câmara, ao Departamento de Tesouro, à OEA e ao BID. Amanhã, eles estarão no Banco Mundial e verão o senador Bill Bradley. Na quinta-feira, em Nova York, serão recebidos pelo comitê dos bancos credores do Brasil.